

**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL ESTADUAL: ACESSO A JUSTIÇA E A  
EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL A PARTIR DA  
CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS  
(PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA)**

**Michele Nogueira Morais<sup>1</sup>**

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo demonstrar que o Juizado Especial Cível Estadual que entrou no ordenamento jurídico a partir da Lei 9.099/99, embora criada para garantir amplo Acesso à Justiça do cidadão, com a devida prestação da Tutela Jurisdicional, não garante a efetiva prestação da tutela jurisdicional, conforme previsto no Pacto de São José da Costa Rica, ante as dificuldades encontradas pelo jurisdicionado, em decorrência da falta de conhecimento da legislação e pelo despreparo do próprio cidadão em buscar o atendimento eficiente, e principalmente orientação eficaz de modo a assegurar o ACESSO À JUSTIÇA.

Palavras Chave: Juizado Especial; Efetividade; Acesso; Justiça.

**Abstract:** The objective of this work is to demonstrate that the Special State Civil Court which has been part of the juridical order since the law 9.099/95, although being created to guarantee to the citizens full access to the justice with the proper assistance of the legal protection doesn't guarantee proper assistance of legal protection, as expected in the São José da Costa Rica Pact, before the difficulties which were encountered by the one who is under jurisdiction, due to his lack of legislation knowledge and not being prepared to seek for the efficient assistance, and mainly lack of efficient orientation to safeguard the access to justice.

Key words: Special Court; effectiveness; Access; justice

## **1. Introdução**

A Lei 9.099/95, que trata dos Juizados Especiais Estaduais, trouxe uma grande evolução para prestação jurisdicional, por conter elementos que aceleram os mecanismos do judiciário e minimizam a burocracia onerosa e protelatória, entretanto, para a efetividade da prestação da

---

<sup>1</sup> Advogada, Professora de Direito, Mestranda em Função Social do Direito pela Faculdade Autônoma de Direito - FADISP, especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Escola Paulista de Direito, Licenciada em Direito pela Faculdade de Tecnologia da Zona Leste – Centro Paula Souza. Email: michele.etecsp@ig.com.br

tutela jurisdicional se faz necessário eliminar lacunas existentes na própria lei, visando facilitar não o acesso a Justiça, mas sua efetividade, a fim de que seja cumprida a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos de 22 de Novembro de 1969 (Pacto de São José da Costa Rica), entrou em vigor, para o Brasil, em 25 de setembro de 1992, através do Decreto nº 678 de 06 de Novembro de 1992.

Verifica-se no presente caso, que embora a lei facilite fácil o acesso à justiça com a propositura da ação, o cidadão leigo não tem discernimento para obter uma sentença de mérito favorável (efetividade da Justiça), em decorrência da dificuldade na utilização plena das ferramentas que o próprio direito lhe disponibiliza diante da ignorância jurídica, bem como falta de orientação por parte dos servidores.

Analisando a lei 9.099/95, podemos observar que se faz necessária maior orientação ao cidadão no momento da propositura da ação, a fim de que o acesso à justiça ocorra efetivamente com a sentença de mérito favorável ao jurisdicionado de acordo com as provas carreadas aos autos no decorrer da instrução processual<sup>2</sup>, e, portanto, os servidores deveriam ter em mãos instruções visando orientar o cidadão sobre a utilização correta do Poder Judiciário na busca de aprimorar a qualidade dos julgamentos e obter a efetiva tutela jurisdicional.<sup>3</sup>

Infelizmente a ignorância<sup>4</sup> do cidadão na busca de seus direitos é prejudicial ao procedimento do Juizado Especial Cível Estadual e não garante o serviço especializado de Excelência, previsto no ordenamento jurídico através do Pacto de São José da Costa Rica, em seu artigo 8<sup>o</sup><sup>5</sup> que trata das Garantias Judiciais, gerando rotina falha e imperfeita, que culmina no resultado negativo da lide e ineficácia da busca pela Justiça que todo cidadão almeja.

---

<sup>2</sup> Curso processual destinado a reunião de provas para o bom andamento do processo;

<sup>3</sup> Função do Estado de dirimir e pacificar conflitos, de acordo com a legislação processual vigente;

<sup>4</sup> A ignorância se refere à falta de conhecimento, sabedoria e instrução sobre determinado tema;

<sup>5</sup> Pacto de São José da Costa Rica: Artigo

“8º - Garantias judiciais:

1. Toda pessoa terá o direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou Tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou na determinação de seus direitos e obrigações de caráter civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.”

A lei 9.099/95 foi criada com intuito de disponibilizar uma justiça célere, eficaz e gratuita para as causas de menor complexidade, visando assim proporcionar uma justiça mais acessível. Entretanto, na busca deste direito, o cidadão encontra uma série de dificuldades para obter a tutela jurisdicional, seja pela falta de preparo dos funcionários ou pela alienação do cidadão quanto ao próprio direito, e assim, verificamos que atualmente o procedimento embora simples, não tem sido eficaz já que os jurisdicionados em sua maioria não possuem conhecimento dos trâmites da lei, inviabilizando o alcance do objetivo dos cidadãos de forma plena e eficaz como a lei propõe.

## **2. Acesso à Justiça**

O acesso à justiça é um direito inerente a todo ser humano, e justamente por esse motivo é reconhecido pelos mais diversos dispositivos nacionais e internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (no âmbito da Organização das Nações Unidas - global) e a Convenção Americana de Direitos Humanos (conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, na esfera da Organização dos Estados Americanos - regional), pacto que o Brasil é signatário desde 25 de setembro de 1992, através do Decreto nº 678 de 06 de Novembro de 1992.

No Brasil o acesso à Justiça é considerado um direito humano e um caminho para a redução da pobreza, por meio da promoção da equidade econômica e social, e justamente por esse motivo houve a necessidade de criação de Leis que tratam dos Juizados Especiais, na busca do acesso a uma Justiça efetiva e transparente, com uma contribuição certa no sentido da ampliação do espaço público, do exercício da cidadania e do fortalecimento da democracia.

O Acesso à Justiça faz parte dos Direitos Fundamentais assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, e segundo Osvaldo Ferreira Melo é:

*“Mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência,*

*exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico”<sup>6</sup>*

Dessa forma, não se deve considerar o acesso à justiça simplesmente como acesso ao Poder Judiciário, pois o acesso à justiça é proteção judicial efetiva, com a possibilidade de acionar o judiciário, com respaldo de proteção do direito violado, pois ao contrário, é negar o primado das garantias fundamentais especiais.

Com o advento da Lei 9.099/95, fomentou-se o acesso à justiça como realidade a todo cidadão, juntamente com os princípios que agem como norteadores, acreditando-se que temos uma justiça mais simples, econômica e eficaz, que tem como principal objetivo atender o jurisdicionado.<sup>7</sup>

Percebe-se que com a criação deste órgão previsto na Constituição e que visa atender os anseios do Pacto de São José da Costa Rica, houve aumento substancial na busca do direito do cidadão, sendo que a velocidade dos fluxos de informação, de consumo e de produção, infelizmente contrasta a lentidão e burocracia do Estado, e lastimavelmente necessita de alguns pontos para efetivar verdadeiramente a JUSTIÇA.

Assim, temos que, embora plausível o Juizado Especial não limita-se a criação de estruturas de atendimentos ou de acolhimento de pedidos, necessário se faz que num país subdesenvolvido em que a infelizmente ainda há milhões de pessoas analfabetas, desinformadas e que tampouco conhecem o ordenamento jurídico, seja realizado o trabalho de base informativa e iminente, a fim de que o acesso à justiça seja efetivamente realizado.

Neste sentido José Roberto dos Santos Bedaque nos ensina:

**“Acesso à justiça, ou mais propriamente, acesso à ordem jurídica justa, significa proporcionar a todos, sem qualquer restrição, o direito de pleitear a tutela jurisdicional do Estado e de ter à disposição o meio constitucionalmente previsto para alcançar**

---

<sup>6</sup> MELO, Osvaldo Ferreira. Dicionário de Direito Político. Uberaba: Forense, 1978, p.100

<sup>7</sup> Cidadão que participa de um processo como parte;

***esse resultado. Ninguém pode ser privado do devido processo legal, ou, melhor, do devido processo constitucional. É o processo modelado em conformidade com garantias fundamentais, suficientes para torna-lo équo, correto, justo” (grifo nosso)***<sup>8</sup>

Com os Juizados Especiais certamente houve a democratização do acesso à Justiça, e não pode ser confundida com a mera busca pela inclusão dos segmentos sociais ao processo judicial. Antes disso, cabe conferir condições para que a população tenha conhecimento apropriado de como mover a máquina judiciária a fim de que o acesso à Justiça seja garantido de forma clara e precisa, não só com a democratização de ingressar com uma ação, mas com resultado satisfatório a partir do trâmite processual<sup>9</sup> correto e não equivocado como acontece desde 1995 quando entrou em vigor a lei 9.099.

A ignorância exclui o cidadão de realmente buscar seus direitos com exatidão, em decorrência do desconhecimento do que lhe é permissivo ou não, logo, limita-o da efetividade da prestação da tutela jurisdicional, sendo necessária a interação do conhecimento do cidadão e a capacitação de quem os auxilia em órgãos como no Juizado Especial.

### **3. Convenção Americana Sobre os Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) e seus princípios**

A Convenção Americana de Direitos Humanos, que também é chamada de Pacto de San José da Costa Rica é um tratado internacional entre os países-membros da Organização dos Estados Americanos, que foi subscrita durante a ***Conferência Especializada Interamericana de Direitos Humanos***, de 22 de novembro de 1969, na cidade de San José da Costa Rica, e entrou em vigência a 18 de julho de 1978.

A Convenção é uma das bases do sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos, e baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, compreende o

---

<sup>8</sup> BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência (tentativa de sistematização). 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 71.

<sup>9</sup> Andamento do processo. São os atos concatenados e naturais que nos leva ao resultado do processo

ideal do ser humano livre, desprovido de segregação, isento da miséria e do medo, e sob condições que lhe permitam sempre gozar dos seus direitos econômicos, individuais, sociais e culturais, bem como dos seus direitos políticos e civis.

No preâmbulo do pacto de São José da Costa Rica, verificamos que seu propósito é de consolidar no Continente Americano, dentro do quadro das instituições democráticas, um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito dos direitos humanos essenciais.

São de primeira dimensão <sup>10</sup>os direitos assegurados no Pacto de São José da Costa Rica, pois relativos à garantia da liberdade, à vida, **ao devido processo legal, o direito a um julgamento justo**, o direito à compensação em caso de erro judiciário, o direito a privacidade, o direito à liberdade de consciência e religião, o direito de participar do governo, o direito à igualdade e o **direito à proteção judicial** entre outros.

O Pacto de São José da Costa Rica, tratou das garantias fundamentais e garantias judiciais, e neste aspecto diante da contemporaneidade, refletiu na Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, pois os mesmos princípios estampados na Convenção regem nossa Carta Cidadã. A ideia de um estado democrático que é uma das principais metas da nossa Constituição, começou a nascer a partir do Pacto de San José da Costa Rica. Por isso no presente trabalho, em se tratando de acesso à Justiça e efetividade da Prestação da Tutela Jurisdicional se faz necessária explanação sobre a Convenção e os princípios fundamentais e suas dimensões.

#### **4. Direito de Julgamento Justo**

O direito de julgamento justo é caracterizado por alguns dos direitos humanos essenciais, que devem ser resguardados durante o processo com a finalidade de assegurar

---

<sup>10</sup> Seguindo o ensinamento de Ingo Wolfgang Sarlet, adotamos a nomenclatura de “dimensões” dos direitos fundamentais e não “gerações” a fim de evitar “a falsa impressão da substituição gradativa de uma geração por outra”, uma vez que o “reconhecimento progressivo de novos direitos fundamentais tem o caráter de um processo cumulativo, de complementaridade, e não de alternância”. SARLET, Ingo. W. A eficácia dos Direitos Fundamentais. Ed. Livraria do Advogado, p. 53

eficácia no procedimento para que haja a efetividade da tutela pretendida e para isso todos os operadores do direito, quais sejam, juízes, promotores e advogados, devem desempenhar um papel essencial, com a consciência de que o cumprimento das regras de um julgamento justo contribui não somente para aumentar a proteção dos direitos humanos no sentido mais amplo, mas também para fomentar o investimento econômico e promover a paz e a segurança nacional e internacional.

Neste raciocínio é o entendimento que os servidores também tem o dever de colaborar para o julgamento justo, e assim, devem ser orientados a desempenhar um papel importante a cada cidadão que procura o juizado especial, e infelizmente sem discernimento necessário não tem condições de requerer de forma adequada o que pretende, no decorrer da instrução processual não consegue provar os fatos precariamente narrados na inicial, por falta de informação quanto a necessidade das provas e os momentos oportunos, e ao final ficam prejudicados com julgamentos pautados na legislação material e processual, que são considerados JULGAMENTOS JUSTOS, entretanto, totalmente injusto sob o aspecto moral, pois o jurisdicionado não teve condições desde o primeiro momento (desde o pedido inicial verbal) de expressar sua pretensão.

No presente caso, não há que se falar em condições para êxito da demanda face ao direito à assistência jurídica assegurado através do artigo 8º da Convenção Americana de Direitos Humanos, e artigo 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal de 1988<sup>11</sup>, visto que no juizado especial, o advogado sequer tem condições de analisar de forma adequada o processo e muitas vezes tem contato com o jurisdicionado no ato da audiência, impossibilitando que se obtenha condições favoráveis para uma boa performance do profissional habilitado, ainda que experiente, face a falta de conhecimento profundo sobre o caso determinado, com isso, se faz para um julgamento justo a criação de um sistema judicial baseado no respeito ao estado de direito e aos direitos do indivíduo, com o propósito fundamental de administrar a justiça de maneira justa e eficiente.

---

<sup>11</sup> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

## **5. Direito a Proteção Judicial**

A cultura do Estado Democrático de Direito visa implementar as condições de vida, saúde, liberdade, etc., dos homens, e, portanto, é dever do Estado prover os meios para a satisfação do direito garantido constitucionalmente, e assim, foi criado o Juizado Especial para acesso do cidadão ao órgão jurisdicional, visando o amplo acesso a justiça.

Ocorre entretanto, que o Estado no afã de solucionar os conflitos através dos juizados especiais se esqueceu da proteção judicial do jurisdicionado, sendo de extrema necessidade para a devida correção, a criação de um mecanismos para a realização da efetiva prestação jurisdicional, objetivando o restabelecimento de direitos violados e a concretização da cidadania, proposta inicial do juizado especial para proteção judicial.

O direito à tutela jurisdicional é garantia consagrada na Constituição, e não basta ao cidadão o simples acesso a justiça, se faz necessária uma solução prática para o caso concreto, através do devido processo legal e todas as garantias constitucionais, fazendo com que o cidadão consiga ingressar com uma ação de forma correta, e receba uma sentença de mérito de acordo com as provas carreadas aos autos no decorrer da instrução processual, havendo isonomia entre as partes envolvidas e o mínimo de técnica necessária para a solução positiva do conflito, para que seja finalmente atendida uma das principais finalidades do *processo*, que é a pacificação social.

## **6. Convenção Americana sobre os Direitos Humanos e a Efetividade da Prestação Jurisdicional**

Considerando que o Brasil é um Estado Democrático de Direito preocupado com a prevalência dos direitos humanos fundamentais, que está preocupado com a proteção dos direitos humanos fundamentais, frente as novas questões concretas postas pela sociedade, verificamos que o Juizado Especial Cível Estadual (Lei 9.099/95) se deu a partir da necessidade de acesso e celeridade da Justiça, previsto no Pacto de São José da Costa Rica.

A intenção do legislador pátrio inicialmente era de constituir conforto, alento e segurança para as pessoas humildes que tinham no Judiciário o ancoradouro apto a garantir a solução dos problemas do dia a dia, e a Lei 9.099/95, veio como panacéia visando uma significativa e silenciosa revolução de mentalidade e perspectiva concreta no caminho de uma Justiça eficiente e cidadã, a partir da conciliação tida como maneira eficaz de solucionar os conflitos e da celeridade processual para a devida prestação da tutela jurisdicional.

Ocorre, que a conciliação e celeridade processual nem sempre é sinônimo de efetividade da justiça, principalmente no Brasil, onde o cidadão não tem conhecimento profundo sequer sobre a Constituição Federal, mesmo sendo defeso ao cidadão o desconhecimento da lei, o que dirá conceber que um homem médio possa comparecer perante o Judiciário, ingressar com ação (mesmo que perante o Judiciário), e obtenha sentença favorável, mesmo sem uma instrução processual adequada.

O problema da conscientização de que a conciliação é a técnica mais eficaz de solução de conflitos judiciais está ligada a ignorância do cidadão (jurisdicionado), que muitas vezes sem condições de prevê o resultado da demanda se submete a acordos (desfavoráveis), visando minimizar seu prejuízo, e ao final tem a sensação de que a justiça não foi levada a efeito, culminando no desprestígio do Poder Judiciário, justamente pelo motivo de não ter sido orientado corretamente.

È certo que a Convenção Americana de Direitos Humanos prevê em seu artigo 8º a Garantia Judicial de celeridade processual, entretanto, não podemos admitir que a conciliação a qualquer preço abata a confiança do cidadão na entrega da prestação jurisdicional com sua efetividade, já que não só pela celeridade processual e conciliação os conflitos devem ser solucionados, mas também pela obrigação do Estado em dizer o direito de forma clara e específica, dando condições ao jurisdicionado de buscar um resultado positivo na demanda, garantindo os meios para que tal ocorra, e, portanto, se faz necessário para o cumprimento do pacto acesso à Justiça com eficácia, dando maior conhecimento ao cidadão dos métodos de provar seu intento durante a instrução processual, de modo que a conciliação injusta deixe de ser a marca dos Juizados Especiais e passe a ser enfatizada a efetividade da Justiça.

***Efetividade da tutela jurisdicional significa a maior identidade possível entre o resultado do processo e o cumprimento espontâneo das regras de direito material. Ou seja, a parte somente necessita pedir a intervenção estatal se não houver satisfação voluntária do direito. (...) Ineficácia ou inefetividade da tutela jurisdicional representa verdadeira denegação dessa mesma tutela, pois não confere ao titular do direito a proteção a que se propôs o Estado, ao estabelecer o monopólio da jurisdição. Direito à tutela jurisdicional, como garantia constitucional (CF, art. 5º, inciso XXXV), significa direito à tutela efetiva, o que somente se torna possível se houver instrumentos adequados para alcançar esse resultado.<sup>12</sup>***

No presente caso, não negamos a conciliação, os Juizados Especiais devem sim ser marcados também pela conciliação, mas a conciliação deve ser realizada de maneira consciente e de modo que não cause prejuízo a nenhuma das partes envolvidas no processo.

O Judiciário, nos tempos atuais, não pode se propor a exercer função apenas jurídica, técnica, secundária, mas deve exercer papel ativo, inovador da ordem jurídica e social, prestando informações ao cidadão de modo que seja alcançada a efetividade da Justiça, deixando de dar apenas a oportunidade ao jurisdicionado de ingressar com ação, mas também que se obtenha uma sentença de mérito favorável, de acordo com as provas carreadas aos autos, e de forma equilibrada.

Se faz necessário o aperfeiçoamento dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais, para minimizar os prejuízos financeiros da sociedade, pois dando apenas a oportunidade do jurisdicionado ingressar com ação, estamos moendo a máquina judiciária de maneira equivocada, e assim não há como promover a cidadania de forma efetiva, possibilitando a base para uma cultura de direitos humanos e de conscientização desses direitos como corolário para o exercício pleno da cidadania.

---

<sup>12</sup>BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência (tentativa de sistematização). 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 25

Os Juizados Especiais resultaram em importante instrumento jurisdicional a propiciar Justiça ágil, desburocratizada, sem formalidade e acessível a todos os cidadãos, em todo o globo, entretanto, se faz necessária maior informação ao cidadão na busca de sua tutela, pois na maioria das vezes nos deparamos com cidadãos perante o juizado (geralmente em audiência de instrução), que sequer foram informados sobre a necessidade de produção de prova, documental ou testemunhal, e sofre prejuízo com a improcedência da ação, mesmo (na maioria das vezes) tendo direitos e provas a serem produzidas, que não ocorreram por falta de informação.

Acreditamos também que a Declaração Americana de Direitos veio para sacramentar a sofrida luta do homem no decorrer dos tempos, que busca iguais condições de vida, liberdade, dignidade, integridade pessoal e moral, direito à educação e condições que garantam a proteção da família, e que inspirou o legislador para a criação dos juizados especiais, mas devemos dar maior ênfase a efetividade do acesso à justiça e não a simplicidade e celeridade processual a qualquer custo como ocorre atualmente, pois a efetividade da justiça ocorre não apenas com o acolhimento da pretensão formulada, se faz necessário para tanto, que seja garantido os meios necessários para a instrução processual.

## **7. Considerações Finais**

A Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) tem como objetivo consolidar o Continente Americano, dentro do quadro das instituições democráticas, um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito dos direitos humanos essenciais, e o Brasil a fim de se adequar ao Pacto, especificamente em total observância ao artigo 8º que trata das Garantias Judiciais, criou os Juizados Especiais, instituído pela Lei 9.099/95, com a finalidade de assegurar amplo acesso à Justiça, incentivando a solução das lides, objetivando uma justiça célere e eficaz.

Embora correta a medida, verificamos ao longo da pesquisa que resta um longo caminho a se percorrer, pois a efetividade do acesso à justiça e a prestação da tutela jurisdicional de Excelência será feita, a partir do conhecimento do cidadão quanto aos seus direitos, a fim de se fazer valer a lei que o ampara, diante da carência de informações.

O Juizado Especial certamente se presta a facilitar o irrestrito acesso à justiça necessário para o fortalecimento da democracia no Estado Democrático de Direito, entretanto, em decorrência da desigualdade social, econômica, cultural dos cidadãos e a legislação complexa se faz necessária maior informação na aplicação do direito nos Juizados Especiais para garantia de uma tutela estatal eficaz.

A garantia da tutela de direitos fundamentais é atingida quando se obtém o “status” de Estado de Justiça, através da efetiva prestação da tutela jurisdicional e não apenas através do acesso à justiça sem um resultado prático e efetivo, e justamente neste aspecto a Carta Magna e a Convenção Americana de Direitos Humanos trazem uma série de valores que somados com regras e preceitos fundamentais, demonstram um conteúdo mínimo para consideração da justiça, e portanto a decisão proferida pelo Juizado Especial deve atender o conteúdo mínimo para efetivação da justiça, que somente será possível com a oferta de instrumentos processuais adequados para garantia de um resultado justo, para que seja garantida a justiça que tem por objetivo privilegiar a dignidade da pessoa humana.

## **8. Referências Bibliográficas**

BRASIL. Lei 9.099/95. Lei do Juizado Especial Estadual. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm). Acesso em 10.12.2014

BRASIL. Decreto nº 678 de 06 de Novembro de 1992. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D0678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm). Acesso em 05.12.2014

Convenção Americana de Direitos Humanos (1969) Pacto de San José da Costa Rica, Disponível: <http://pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>, acesso em 05.12.2014

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=116380> (acesso em 06.12.2014)

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência (tentativa de sistematização). 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Conciliação e Juizados de Pequenas Causas. In: WATANABE, Kazuo (org.). *Juizado Especial de Pequenas Causas* (Lei nº 7.244, de 7 de novembro de 1984), São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, [s. d.]. 1985.

LAGRASTA NETO, Caetano. *Juizado Especial de Pequenas Causas no Direito Comparado*. São Paulo: Editora Oliveira Mendes, 1998.

LENZA, Suzani de Melo. Juizados Cíveis, Criminais: a era do resgate na credibilidade da Justiça. *Revista de Doutrina de Jurisprudência, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios*, Brasília, v. 45, mai./ago. 1994.

MELO, Osvaldo Ferreira. *Dicionário de Direito Político*. Uberaba: Forense, 1978

MORAES, Alexandre de. *Direitos Humanos Fundamentais*. E Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PAROSKI, Mauro Vasni. *A Constituição e os Direitos Fundamentais: do Acesso à Justiça e suas Limitações no Brasil*. Dissertação, Mestrado em Direito, Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2006.

SARLET, Ingo W. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 5ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005, p. 53

VIANNA, Luis Werneck et al. *A Judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

WATANABE, Kazuo. *Acesso à justiça e sociedade moderna. Participação e processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.